

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.560 - RJ (2019/0244032-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : VISA DO BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : ABRÃO JORGE MIGUEL NETO - SP172355
CAROLINA NEVES DO PATROCÍNIO NUNES - RJ148188
AGRAVADO : DIVA GOMES RODRIGUES
ADVOGADO : ROBERTO GOMES DA CÂMARA - RJ066209
INTERES. : BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A - EM LIQUIDAÇÃO
EXTRAJUDICIAL
REPR. POR : EDUARDO FELIX BIANCHINI - LIQUIDANTE
ADVOGADOS : IZABELLA FREITAS LEAL DE ALMEIDA - RJ187143
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RJ136118A

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SUFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA BANDEIRA DO CARTÃO DE CRÉDITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Visa do Brasil Empreendimentos Ltda., com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 417):

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AUTORA QUE ALEGA NÃO TER CELEBRADO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM O RÉU. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ARTS. 2º E 3º DO CDC. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA E ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* AFASTADAS. NO MÉRITO, A AUTORA AFIRMA QUE NÃO SOLICITOU OU ANUIU À AQUISIÇÃO DE QUALQUER CARTÃO DE CRÉDITO JUNTO ÀS RÉS, DE MODO QUE CABERIA A ESTAS DESCONSTITUÍREM AS ALEGAÇÕES AUTORAIS, ÔNUS CONFERIDO PELO ARTIGO 333, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/73, ENTÃO VIGENTE, ATÉ MESMO DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DA CONSUMIDORA REALIZAR A PRODUÇÃO DE PROVA

Superior Tribunal de Justiça

NEGATIVA DA NÃO CONTRATAÇÃO. CONTUDO, NÃO SE DESINCUMBIRAM DE TAL ENCARGO, EIS QUE QUE DEIXARAM DE CARREAR AOS AUTOS QUALQUER COMPROVAÇÃO DE QUE A CONSUMIDORA TERIA CELEBRADO O CONTRATO OU UTILIZADO O ALEGADO CARTÃO DE CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO NA HIPÓTESE ESPECÍFICA DOS AUTOS. VERBA REPARATÓRIA QUE DEVE SER MANTIDA, EIS QUE EM CONSONÂNCIA COM OS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE E AO CASO CONCRETO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CORRETAMENTE FIXADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. JUROS A CONTAR DA CITAÇÃO. REPARO DE OFÍCIO. NEGADO PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 447-453).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 455-479), a recorrente alegou, além de divergência jurisprudencial, a violação aos arts. 17, 485, VI, 489, § 1º, I e IV, 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; 7º, parágrafo único, 13, 14, § 3º, II, 18, 25, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor; 186, 942 e 927 do Código Civil; e 1º, I, da Lei n. 8.934/1994.

Argumentou, em suma, que a demanda versa sobre ação indenizatória em que a autora, ora recorrida, questiona o envio de cartão de crédito não solicitado. Explicou que o referido cartão foi emitido pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. - em Liquidação Extrajudicial. Aduziu que figura apenas como mera bandeira do cartão, sendo pessoa jurídica distinta do banco.

Sustentou que o acórdão recorrido incorreu em omissão e fundamentação insuficiente para a solução da causa, tendo se limitado a indicar os dispositivos legais sem explicar sua relação com a suposta condição de coautoria e corresponsável para a configuração da solidariedade passiva.

Discorreu sobre sua ilegitimidade passiva na demanda, asseverando que "a bandeira apenas disponibiliza a plataforma virtual pela qual transitam as informações necessárias à concretização de transações de pagamento com cartões" (e-STJ, fl. 466). Ponderou que a emissão e/ou envio de cartões é reservado às instituições financeiras ou de pagamento.

Superior Tribunal de Justiça

Assentiu que o Tribunal de origem violou o art. 1º, I, da Lei n. 8.934/1994, "olvidando a segurança e a eficácia próprias do registro público a que foi submetido o contrato social (...), onde estão descritas e delimitadas as suas atividades empresariais, e dentre as quais não se encontram a emissão e a administração de cartões" (e-STJ, fl. 467).

Ressaltou que não participa da cadeia de consumo quanto ao fornecimento de cartões e serviços bancários, sendo a culpa exclusiva do banco. Defendeu a inexistência de solidariedade passiva, não possuindo relação com a instituição emissora do cartão.

Acentuou a ausência de responsabilidade civil no caso, afirmando que não praticou atos de índole bancária passíveis de indenização.

A decisão da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deixou de admitir o recurso especial por incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 516-526).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 570-583 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Constata-se que a alegada ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, notadamente quanto à legitimidade e a responsabilidade solidária da ora agravante, ainda que tenha decidido em sentido contrário à sua pretensão.

A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão – situação facilmente

Superior Tribunal de Justiça

constatável *in casu* –, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos suscitados pela parte em embargos declaratórios, cuja rejeição, nesse contexto, não implica contrariedade ao art. 535, I e II, do CPC/1973 (equivalente ao art. 1.022, I e II, do CPC/2015).

Portanto, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, tampouco em ofensa ao art. 489 do CPC/2015, tendo o acórdão julgado a causa sob a ótica do direito que entendeu pertinente à hipótese.

Nesse contexto, esta Corte já se manifestou no sentido de que "não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação" (EDcl no AgRg nos EREsp 1.213.226/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 24/10/2016, DJe 22/11/2016).

No caso, verifica-se que o Tribunal de origem, levando em conta os elementos de convicção constantes dos autos, concluiu que a ora agravante é responsável pelos danos causados à agravada, consignando os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 421-423):

Quanto à alegação de ilegitimidade passiva ad causam tampouco merece prosperar a tese do 2º Réu.

Isto porque, em primeiro lugar, o Código de Defesa do Consumidor em seu art. 7º, parágrafo único, prevê a solidariedade entre todos os integrantes da cadeia de consumo.

Assim, a instituição financeira emissora e aquela relativa à "bandeira" do cartão de crédito são solidariamente responsáveis pelos danos causados ao consumidor, já que existe entre as mesmas nítida parceria comercial, em função da qual auferem lucros e benefícios relativos à disponibilização do cartão de crédito ao consumidor.

Neste sentido, é o entendimento consolidado pelo Eg. STJ, *in verbis*:

"Consumidor. Recurso Especial. Ação de compensação por danos morais. Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Não ocorrência. Recusa indevida de pagamento com cartão de crédito.

Responsabilidade solidária. 'Bandeira'/marca do cartão de crédito. Legitimidade passiva. Reexame de fatos e provas.

Incidência da Súmula 7/STJ.

- Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

- O art. 14 do CDC estabelece regra de responsabilidade solidária entre os fornecedores de uma mesma cadeia de

Superior Tribunal de Justiça

serviços, razão pela qual as 'bandeiras'/marcas de cartão de crédito respondem solidariamente com os bancos e as administradoras de cartão de crédito pelos danos decorrentes da má prestação de serviços.

- É inadmissível o reexame de fatos e provas em recurso especial.

- A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. Recurso especial não provido. (REsp 1029454/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 19/10/2009).

Ultrapassadas as preliminares e verificada a responsabilidade solidária de ambos os Réus perante o consumidor, passa-se à análise do mérito do presente recurso.

A Autora afirma que não solicitou ou anuiu à aquisição de qualquer cartão de crédito junto aos Réus, de modo que caberia a estes desconstituírem as alegações autorais, ônus conferido pelo artigo 333, II, do Código de Processo Civil/73, então vigente, até mesmo diante da impossibilidade da consumidora de realizar a produção de prova negativa da não contratação.

Contudo, não se desincumbiram de tal encargo, eis que deixaram de carrear aos autos qualquer comprovação de que a consumidora teria celebrado o contrato ou utilizado o alegado cartão de crédito.

Ademais, ainda que ocorrido o fato de terceiro, ressalta-se que a excludente prevista no art. 14 § 3º, inciso II, do CDC, não pode ser aplicada, eis que não se pode admitir a transferência para o consumidor, ou para terceiro, da responsabilidade do fornecedor do produto ou serviço, o qual, em razão do fato do serviço, deve suportar os riscos e os prejuízos decorrentes dos negócios por ela realizados.

Sobre o tema, consigna-se a Súmula nº 94, deste Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“Cuidando-se de fortuito interno, o fato de terceiro não exclui o dever do fornecedor de indenizar”.

Além disso, em razão da teoria do risco do empreendimento, consagrada no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, todo aquele que se dispõe a exercer alguma atividade com probabilidade de dano, auferindo lucros e vantagens com esta atividade, deve arcar também com os respectivos prejuízos advindos.

Dessa forma, conclui-se pela ocorrência de falha na prestação do serviço, ensejando a obrigação de indenizar os danos daí derivados.

Quanto ao dano moral, não há dúvidas de que o mesmo ocorreu na hipótese vertente, eis que a consumidora sofreu restrição em sua margem consignável, ficando impossibilitada de realizar outras operações de crédito, o que foi agravado pelo fato de ter de se socorrer do Poder Judiciário para resolver a pendência.

Neste contexto, configurado o prejuízo extrapatrimonial, importante ressaltar que a fixação do valor devido a este título deve atender aos princípios de razoabilidade e proporcionalidade, ponderando o magistrado o dano sofrido, bem como as condições econômicas da vítima e do ofensor, não podendo atribuir indenização módica ou exagerada, que ocasione o enriquecimento sem causa do ofendido.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, tendo o Tribunal estadual concluído pela legitimidade da ora agravante para figurar no polo passivo da demanda e sua consequente responsabilidade civil solidária, não há como acolher a pretensão recursal sem proceder à reapreciação do conjunto probatório dos autos, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Ademais, a solução adotada pelo acórdão recorrido no sentido de que a bandeira do cartão de crédito faz parte da cadeia de fornecedores de serviço de crédito, e, portanto, responde solidariamente na hipótese de vício no serviço, está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. 'BANDEIRA'/MARCA DO CARTÃO DE CRÉDITO. EMPRESA ADMINISTRADORA DO CARTÃO DE CRÉDITO E INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. É assente a jurisprudência do STJ reconhecendo a responsabilidade solidária entre a instituição financeira e a empresa detentora da bandeira/marca do cartão de crédito pelos danos advindos da cadeia de serviços prestados.

Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1663305/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 09/08/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA BANDEIRA DO CARTÃO DE CRÉDITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. VERIFICAÇÃO DO ATO ILÍCITO. REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 538.008/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 23/08/2016)

PETIÇÃO RECEBIDA COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA, INSTRUMENTALIDADE E FUNGIBILIDADE RECURSAL. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. CARTÃO DE CRÉDITO ROUBADO.

DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESPONSABILIDADE

Superior Tribunal de Justiça

SOLIDÁRIA DA SOCIEDADE TITULAR DA BANDEIRA.

1.- Todos os que integram a cadeia de fornecedores do serviço de cartão de crédito respondem solidariamente em caso de fato ou vício do serviço. Assim, cabe às administradoras do cartão, aos estabelecimentos comerciais, às instituições financeiras emitentes do cartão e até mesmo às proprietárias das bandeiras, verificar a idoneidade das compras realizadas com cartões magnéticos, utilizando-se de meios que dificultem ou impossibilitem fraudes e transações realizadas por estranhos em nome de seus clientes.

Precedentes.

2.- Agravo Regimental improvido.

(PET no AgRg no REsp n. 1.391.029/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 17/2/2014)

Dessa forma, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta Corte, imperiosa a aplicação da Súmula 83/STJ ao presente feito a obstar a análise do reclamo, óbice aplicável a ambas as alíneas autorizadoras.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 3% (três por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator